

Senado aprova limites para gastos com vereadores

Proposta de emenda constitucional, que será apreciada em segundo turno no dia 27, prevê também que o Legislativo municipal não poderá comprometer mais de 70% de seus recursos com a folha de pagamento



As novas regras

O total dos gastos do Legislativo municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com os inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais da receita do município:

8% nos municípios de até 100 mil habitantes;

7% nos municípios de até 300 mil habitantes;

6% nos municípios de até 500 mil habitantes;

5% nos municípios com mais de 500 mil habitantes.

No plenário, 15 senadores e o relator, Jefferson Péres, discutiram a proposta, aprovada com 70 votos favoráveis, quatro contrários e três abstenções

O Senado aprovou ontem, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional que limita os gastos das câmaras de vereadores, conforme critério que leva em consideração o número de habitantes de cada município. Foram 70 votos favoráveis, quatro contrários e três abstenções. Quinze senadores e o relator, senador Jefferson Péres, discutiram a proposta. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, informou que a matéria constará da Ordem do Dia do dia 27 para votação em segundo turno.

A proposta estabelece, também, que o Legislativo municipal não poderá comprometer mais de 70% dos recursos a ele destinados com a folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio dos vereadores. O prefeito incorrerá em crime de responsabilidade se efetuar repasse que supere os limites definidos na Constituição, não enviar o repasse até o dia 20 de cada mês ou enviá-lo em valor inferior à proporção fixada na lei.

PÁGINAS 4 E 5

CCJ vota CLT para servidores

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprecia hoje projeto que regulamenta a contratação de servidores públicos pela CLT. A CCJ examina, ainda, emenda constitucional

que atribui ao Supremo Tribunal Federal competência para julgar magistrados por crime de responsabilidade. Também está na pauta proposta que aperfeiçoa o instituto dos precatórios.

PÁGINA 2

Comissão examina recursos para segurança

A Comissão de Orçamento vota hoje relatório setorial com recursos para combater o narcotráfico e reforçar a defesa da Amazônia.

PÁGINA 6



Na Comissão de Orçamento, presidida por Gilberto Mestrinho, senadores e deputados discutiram ontem o relatório setorial para a área de segurança

CCJ discute adoção do regime celetista para servidor público

Na reunião de hoje, comissão aprecia projeto pelo qual futuros cargos efetivos da administração pública serão regidos pelas normas da CLT

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisa hoje, em reunião após a Ordem do Dia, projeto regulamentando a adoção da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no serviço público. A matéria, relatada favoravelmente pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), mantém o regime estatutário para os atuais funcionários e para as atividades exclusivas de Estado.

Já aprovado pela Câmara dos Deputados, o projeto prevê que os cargos efetivos da administração pública direta, autárquica e fundacional passa-

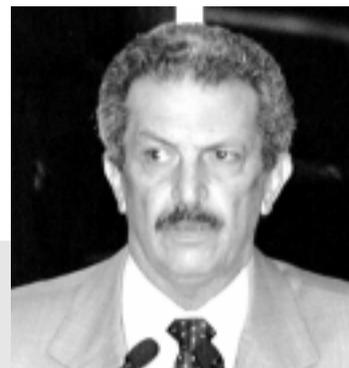
rão a ser regidos pelas normas da CLT, à exceção das carreiras previstas na Constituição, como as ligadas à Advocacia-Geral da União, Defensoria Pública, Polícia Federal e Diplomacia.

Além dessa matéria, a CCJ, presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), volta a examinar emenda constitucional de autoria do senador Paulo Souto (PFL-BA) que atribui ao Supremo Tribunal Federal (STF) a competência para julgar magistrados no caso de crime de responsabilidade. A proposta teve sua votação adiada na última reunião da

comissão, no dia 12, quando foi concedida vista da matéria ao senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

Também está na pauta da reunião da CCJ a apreciação de proposta de emenda constitucional que aperfeiçoa o instituto dos precatórios. A PEC, de autoria do deputado Luciano Castro (PSDB-RR), fixa prazos para pagamento dos precatórios judiciais e possibilita sua conversão em títulos da dívida pública federal, estadual e municipal, com cláusula de juros e preservação do valor real.

A proposta, que está sendo relatada pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), prevê que os créditos de natureza alimentícia serão liquidados em 90 dias, contados da intimação judicial, até um limite a ser fixado em lei. Ainda segundo a PEC, cabe ao presidente do tribunal competente requisitar ou determinar o sequestro de recursos financeiros da entidade executada que sejam suficientes à satisfação do débito, em caso de omissão no orçamento ou preterição ao direito de precedência.



Romeu Tuma, relator do projeto: carreiras típicas do Estado não serão atingidas pela lei

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 20 DE JANEIRO DE 2000

PLENÁRIO

10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PR nº 2/2000, que autoriza o Brasil a prestar garantia na operação de crédito externo a ser contratada entre a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor de US\$ 43,4 milhões, destinando-se os recursos ao financiamento do Projeto de Conservação de Energia - PROCEL; *PR nº 3/2000, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor equivalente a até US\$ 5,05 milhões, destinada a financiar parcialmente o Projeto de Assistência Técnica para a Reforma da Previdência Social; e *PR nº 4/2000, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 15 milhões, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, destinada ao financiamento parcial do segundo projeto relativo ao Programa Nacional do Meio Ambiente - PNMA II.

COMISSÕES

10h - Comissão Mista para analisar a *MP nº 2.011-3, altera dispositivos da Lei nº 9.615/98, que institui a Taxa de Autorização do Bingo. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

10h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Apresentação, discussão e votação dos relatórios setoriais do Orçamento para 2000 (PL nº 20/99 - CN). *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

Após a Ordem do Dia - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PLC nº 57/99, que disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta, autárquica e fundacional; *PEC nº 92/99, que acrescenta alínea ao inciso I do artigo 102 da Constituição para conferir ao Supremo Tribunal Federal competência para julgar, originariamente, nos crimes de responsabilidade, os juizes de direito, juizes federais, desembargadores e membros dos tribunais regionais federais (TRFs); e *PEC nº 90/99, que altera a redação do artigo 100 da Constituição federal. (Precatórios). *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira
9h - Sessão não deliberativa

Plenário vota empréstimos do Banco Mundial hoje

O plenário do Senado deve votar hoje, a partir da 10h, em regime de urgência, três empréstimos junto ao Banco Mundial. Entre eles, um destinado à Eletrobrás no valor de US\$ 43,4 milhões, para o Projeto de Conservação de Energia (Procel). Caso o financiamento seja aprovado, o Procel disporá de mais US\$ 15 milhões, a fundo perdido, cedidos pelo Global Environment Facilities (GEF), organização internacional que investe na proteção do meio ambiente.

Segundo o relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Paulo Souto (PFL-BA), o Procel consiste em um programa de combate ao desperdício de energia elétrica. Ele informou que estudos realizados pela Eletrobrás revelam que a expansão na taxa de crescimento no consumo de eletricidade tem sido superior às expectativas de planejamento, sendo recomendável "a adoção ou o fortalecimento de estratégias para reduzir o ritmo de crescimento da demanda," o que poderá representar, até 2015, uma redução de 13% da demanda projetada para aquele ano.

Outro empréstimo previsto na pauta de votações, em regime de urgência, é o que assegurará US\$ 15 milhões do Banco Mundial para a segunda etapa do Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA II). O senador Bello Parga (PFL-MA), autor de parecer favorável



Paulo Souto: estudos indicam que aumento da demanda supera o planejamento

na CAE, explicou que os recursos serão alocados no aperfeiçoamento do processo ambiental no país, nos três níveis de governo, "visando resultados efetivos na melhoria da qualidade ambiental e melhor qualidade de vida para a população brasileira. O programa deverá ter três fases, durante 10 anos, ao valor total de US\$ 300 milhões.

Ainda na sessão deliberativa de hoje, o plenário vota outro empréstimo com o Banco Mundial. Serão US\$ 5,05 milhões para financiamento do projeto de assistência técnica para a reforma da Previdência Social. Também relator na CAE, o senador Bello Parga disse que os recursos permitirão ao Ministério da Previdência promover alterações na sua estrutura técnica de procedimentos administrativos e na área de informática.

Legislação trabalhista está mais moderna, diz Moreira

Trabalhadores e empregadores brasileiros terão mais facilidade de relacionamento com a nova legislação trabalhista, afirmou o senador Moreira Mendes (PFL-RO), ao comentar sobre as duas novas leis recentemente sancionadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que modificam o processo judicial trabalhista. Uma delas institui o procedimento sumariíssimo e a outra cria as comissões de Conciliação Prévia, no âmbito das empresas.

Moreira Mendes, relator dessas matérias na Comissão de Assuntos Sociais, acredita que as mudanças vão facilitar a vida do trabalhador, pois a justiça será feita de forma ágil, eficaz, além de mais barata: - O mundo mudou e o Brasil não poderia ficar à mercê de um passado onde as questões trabalhistas eram resolvidas exatamente pela parte que detivesse o poder. Com esses novos instrumentos trabalhistas encontramos uma opção democrática e racional para aparar dissensões e pendências - avaliou.

Ele explicou que, no caso do rito sumariíssimo, as causas trabalhistas com valores de até 40 salários mínimos (R\$ 5.440,00 em valores de hoje) serão resolvidas em primeira instância, nas próprias varas do Trabalho. Assim, as ações com valores menores poderão ser resolvidas den-



Para Moreira, Congresso já deu sua contribuição. Agora, é a vez dos sindicatos

tro de 15 dias, em uma única audiência. Como esse procedimento permite ainda um recurso junto ao Tribunal Regional do Trabalho, essa ação poderá ser protelada por mais dez dias.

Já as comissões de Conciliação Prévia serão formadas por representantes dos empregados, patrões e sindicatos, encarregados de discutir pendências de funcionários sem a intervenção da Justiça do Trabalho, esclareceu o senador.

Moreira Mendes disse que o Congresso já deu sua contribuição para aperfeiçoar as leis trabalhistas e conclamou os sindicalistas a atenderem o apelo de Fernando Henrique Cardoso para que sejam discutidas novas reformas nessa legislação.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Sylvio Guedes, Sylvio Costa, João Carlos Ferreira da Silva, Denise Resende Costa e Edson de Almeida
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Luzia: parte substancial da economia do Mercosul está voltada para o Atlântico

Luzia sugere Corredor Atlântico para o Mercosul

A senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) defendeu a criação de uma comissão especial no Congresso encarregada de promover estudos e levantamentos destinados à implantação do Corredor Atlântico do Mercosul. Esse corredor, segundo Luzia, deverá ser uma estrutura logística de transporte, reunindo a totalidade do sistema portuário, marítimo e hidroviário da América do Sul.

De acordo com a proposição da senadora, que está sendo examinada pelo Senado, a comissão especial deverá ser composta por 11 pessoas e terá prazo de um ano para a conclusão de seus trabalhos:

— O pleito que defendemos é conseqüente da atualidade do quadro previsto nas disposições da Lei Portuária e também derivado das privatizações da malha ferroviária, já efetivada, e da estrutura portuária em curso, objetivando atender à premente necessidade de integração das diversas sub-regiões do país ao processo de crescimento econômico, decorrente da paulatina implantação do Mercosul — afirmou.

Luzia justificou sua proposta afirmando que parte substancial da economia desse mercado está localizada ao longo da costa atlântica da América do Sul, abrangendo distância superior a cinco mil quilômetros. Essa área, acrescentou, é importante economicamente e geradora de grandes fluxos de transporte a longas distâncias.

Na avaliação da senadora, o Corredor Atlântico parece ser o instrumento adequado e insubstituível para facilitar o processo de integração entre os países do Mercosul, transferindo algumas dezenas de milhões de toneladas de carga do sistema rodoviário para a navegação costeira:

— O consórcio pretende construir um grande sistema multimodal, integrando a dispersa malha de rodovias, ferrovias, portos e linhas de navegação para o atendimento de toda a costa do Atlântico Sul, operando com custos reduzidos, se comparados à opção rodoviária, e praticando um elenco de serviços pontuais e confiáveis, que incluiria as hidrovias do Paraguai e do Amazonas — esclareceu a senadora.

Suplicy diz que FHC irá debater com senadores propostas contra pobreza

Presidente assumiu compromisso durante jantar na terça-feira, no Palácio da Alvorada, com os senadores da CAE, líderes partidários e o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães

O presidente Fernando Henrique Cardoso comprometeu-se a receber no Palácio do Planalto os senadores e deputados que participaram da comissão mista especial que examinou o problema da pobreza no país, quando serão discutidas as recomendações do relatório final da comissão. A informação foi dada ao plenário ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Segundo o senador, o presidente assumiu o compromisso durante jantar na terça-feira, no Palácio da Alvorada, com os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), líderes partidários e o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Suplicy explicou que a CAE vem realizando reuniões informais com integrantes do governo na casa do presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), e que o primeiro convidado deste ano foi o presidente da República. O encontro acabou sendo reali-

zado no Alvorada, por sugestão de Fernando Henrique.

Conforme Eduardo Suplicy, o presidente da República manifestou-se também favorável à sugestão de comparecer ao Congresso todo início de ano, na reabertura dos trabalhos parlamentares, para falar sobre o “estado da União”. Tradicionalmente, nesta cerimônia é lida mensagem do presidente sobre a situação socioeconômica do país, mas sem sua presença. Fernando Henrique Cardoso, ainda de acordo com o senador paulista, disse ser totalmen-

te contrário à dolarização da economia, como fez recentemente o governo do Equador, “por motivos de soberania”.



Suplicy: FHC disse ser totalmente contrário à dolarização da economia

Em aparte, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse ter ficado frustrado com a formalidade do jantar, com pronunciamentos do presidente, do ministro da Fazenda e do presidente do Banco Central, “quando se fez autopromoção do governo”. Ele lamentou que “a dinâmica” do encontro não tenha permitido que os senadores do Bloco Oposição rebatessem o ministro Pedro Malan, especialmente quando afirmou

que o desemprego não subiu no ano passado, usando dados do IBGE.

Ney Suassuna observou que “houve muitas revelações” durante o jantar, entre elas um projeto em preparação pelo governo destinado a investir R\$ 900 milhões em ciência e tecnologia. Por sua vez, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou que o ministro da Fazenda “não fez propaganda”, mas falou da recuperação da economia, “apesar de todas as previsões catastrofistas”. Tanto Jucá quanto Pedro Simon (PMDB-RS) consideraram importante a presença dos senadores da oposição no jantar.

Francelino Pereira (PFL-MG) destacou a cordialidade do presidente durante o jantar, enquanto Roberto Saturnino (PSB-RJ) também questionou a formalidade do encontro. Por sua vez, Ramez Tebet (PMDB-MS) disse ter “ganhado muito” indo ao jantar.

Marina Silva defende proteção do conhecimento indígena

O Congresso precisa votar urgentemente lei relativa à biodiversidade, de modo a evitar os prejuízos causados pela biopirataria, afirmou a senadora Marina da Silva (PT-AC). Ela discursou ontem para elogiar reportagem publicada nesta semana pela revista *IstoÉ* em que é relatada a apropriação de conhecimentos indígenas sobre plantas medicinais pelo químico britânico Conrad Gorinsky.

O cientista conviveu com os índios wapixana, que vivem em Roraima e na República da Guiana, durante dez anos, período em que conheceu as propriedades do tipir e do cunani. O primeiro é

uma castanha produzida pela árvore coração-vermelho, utilizada para estancar hemorragias, combater infecções e interromper a gravidez — Gorinsky afirma que o tipir possui um princípio ativo com propriedade antifébril, capaz de ajudar no tratamento da malária e até da Aids.

O cunani é um arbusto cujas folhas (amassadas na forma de bolinhos) anestesiam peixes, tornando-os fáceis de serem apanhados.

— Ele se aproveitou da confiança dos índios para apreender sua sabedoria e registrou patente sobre descobertas genéticas das duas plantas

— disse a senadora, que está apoiando a decisão dos índios de processar o químico.

A senadora explicou que os índios não pretendem requerer pagamento específico à comunidade. Tampouco querem dificultar a pesquisa científica que poderia beneficiar muitas pessoas:

— O que eles querem é que sejam respeitados seus conhecimentos tradicionais, de acordo com a Convenção da Biodiversidade — disse a senadora.

O Brasil e a Guiana ainda não têm leis próprias regulamentando o acesso a recursos genéticos, esclareceu a senadora, mas a convenção recomenda, no caso de produto obtido a partir de conhecimentos tradicionais, que se reconheça a sua origem, retribuindo às comunidades os benefícios porventura auferidos.

Há três projetos de lei tratando da biodiversidade em tramitação no Congresso: um de autoria da senadora Marina Silva, com substitutivo do senador Osmar Dias (PSDB-PR), outro assinado pelo deputado Jaques Wagner e um terceiro enviado pelo Executivo. Marina Silva lamentou o ritmo lento na apreciação das propostas pelo Congresso Nacional.

Três projetos de lei sobre biodiversidade tramitam no Congresso Nacional, mas ainda não foram votados

Marina lembrou que os socialistas retornaram ao poder 26 anos após o golpe de Pinochet



Senadora saúda eleição de Ricardo Lagos no Chile

A eleição de Ricardo Lagos, o candidato da Concertação (coligação partidária que reúne o Partido Socialista, a Democracia Cristã e outros partidos menores) para a Presidência do Chile foi saudada ontem pela senadora Marina Silva (PT-AC). Ela chamou a atenção para o fato de que, embora a Concertação tenha pela terceira vez seguida eleito seu candidato, desta vez o escolhido pelo povo chileno pertence ao Partido Socialista:

— Os socialistas retornam ao Palácio de La Moneda após um recesso de 26 anos, desde o triste desfecho da derrubada do governo de Salvador Allende pelo general Augusto Pinochet — lembrou a senadora.

Advogado com pós-graduação nos EUA, Lagos participou do governo de Allende e também integrou o gabinete do atual presidente, Eduardo Frei, filiado à Democracia Cristã. Conforme Marina Silva, o novo presidente iniciará o seu governo tendo pela frente a tarefa de superar os resquícios autoritários do regime militar, como a cláusula constitucional que permitiu a Pinochet tornar-se senador vitalício. Lagos prometeu processar o ex-ditador, caso se confirme a decisão do ministro do Interior Britânico, Jack Straw, de negar a transferência de Pinochet para a Espanha, onde seria processado por crimes contra a humanidade.

A senadora disse ainda que a eleição de Lagos significa a interrupção da política de integração incondicional do Chile ao Nafta ou à Alca, blocos comerciais liderados pelos Estados Unidos:

— Espera-se que reforcem-se os passos já dados pelo governo Frei, no sentido da incorporação do Chile ao Mercosul — disse Marina Silva.

Senadores limitam gastos de vereadores

Plenário aprova em primeiro turno, com 70 votos favoráveis, proposta de emenda constitucional que restringe despesas dos legislativos municipais com base no número de habitantes. Matéria irá a nova votação no dia 27

O plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional que limita os gastos dos legislativos municipais, conforme critério que leva em consideração o número de habitantes de cada município. Foram 70 votos favoráveis, quatro contrários e três abstenções. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que a matéria constará da Ordem do Dia do próximo dia 27 para votação em segundo turno.

O texto estabelece que o total dos gastos do Legislativo municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com os inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais da receita do município: 8% nos municípios de até 100 mil habitantes; 7% nos municípios de até 300 mil habitantes; 6% nos municípios de até 500 mil habitantes; e 5% nos municípios com mais de 500 mil habitantes.

Pela proposta, o Legislativo municipal não poderá comprometer mais de 70% dos recursos a ele destinados com a folha de pagamento, incluído o

gasto com o subsídio dos vereadores. O prefeito incorrerá em crime de responsabilidade se efetuar repasse que supere os limites definidos na Constituição, não enviar o repasse até o dia 20 de cada mês, ou enviá-lo em valor inferior à proporção fixada na lei orçamentária.

Também são impostos limites aos subsídios dos vereadores, que serão proporcionais aos dos deputados estaduais, em razão inversa à população municipal. Assim, foram fixadas as seguintes faixas: 20% do subsídio dos deputados estaduais nos municípios de até 10 mil habitantes; 30% nos municípios de até 50 mil habitantes; 40% nos municípios de até 100 mil habitantes; 50% nos municípios de até 300 mil habitantes; 60% nos municípios de até 500 mil habitantes. Em municípios de mais de 500 mil habitantes, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a 75% do que ganham os deputados estaduais.

De autoria do ex-senador Esperidião Amin, a proposta foi votada em 1998 no Senado e posteriormente



Os senadores acolheram as modificações feitas pelos deputados à proposta de Esperidião Amin

alterada na Câmara. O texto aprovado ontem é o enviado pelos deputados. Relator da matéria na Comis-

são de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Jefferson Péres (PDT-AM) manifestou-se favoravelmente ao texto,

argumentando que ele conserva a substância do que foi votado anteriormente pelos senadores.

Amin apresentou PEC para evitar distorções

O que o Senado fez a fim de conter as despesas da população com as câmaras de vereadores foi fixar uma escala com limites para os gastos dos legislativos municipais, impondo também que, em cada câmara, os subsídios terão um teto, tudo conforme o número de habitantes das cidades.

Hoje, a Constituição disciplina esse assunto genericamente, dispondo que a remuneração dos vereadores corresponderá a, no máximo, 75% da estabelecida, em espécie, para os deputados estaduais, e que o total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% da receita do município.

Conforme Jefferson Péres, foi votado agora um critério de subtotos para os subsídios dos vereadores, os quais, na maioria dos municípios, ganham hoje em torno de R\$ 1,5 mil, visto que a receita municipal anda muito baixa.

Quando apresentou essa PEC, o ex-senador Esperidião Amin foi movido por contencioso ocorrido em Betim (MG), em que o prefeito insurgiu-se contra a Câmara Municipal porque esta, para custear suas atividades, tinha reduzido as despesas com limpeza urbana de R\$ 1,7 milhão para R\$ 100 mil, destinando R\$ 1,6 milhão para sua despesa.

O episódio foi lembrado por Eduardo Suplicy (PT-SP), o qual observou que agora serão evitados casos como aquele. A senadora Marina Silva (PT-



Esperidião Amin foi estimulado pelos problemas que ocorreram na cidade mineira de Betim

AC) também contou que, quando vereadora, deixou a imprensa publicar seu contracheque, originando dessa forma conflito com o Legislativo municipal, visto que, na época, um vereador de Rio Branco estava ganhando quase tanto quanto um deputado estadual.

Conforme informação do Tribunal de Contas do Ceará, as prefeituras naquele estado gastam normalmente 8% da receita arrecadada com as câmaras municipais, tendo-se verificado distorções na gestão passada da prefeitura de Ibiapina, que teve gastos da ordem de 14,5%. Como esses valores estavam previstos na lei orçamentária, a prefeitura foi obrigada a repassá-los, pois, quando o prefeito recusou-se a pagá-los, os vereadores ganharam o direito na Justiça.

Jefferson Péres, o relator, aponta avanços na proposta

Relator da proposta de emenda constitucional destinada a conter os gastos dos legislativos municipais, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) reconheceu que o texto é imperfeito e poderá ser corrigido posteriormente, mas assegurou que é muito melhor que a situação atual, em que não existe quase nenhum limite para essas despesas. "Jamais teremos um projeto de lei que contente a todos", afirmou ele.

Discordando da maioria dos senadores que debateram a matéria, ele disse que a Câmara inovou e aperfeiçoou a proposta. "Será que as faixas de despesa fixadas pelo Senado eram mais adequadas? Recebi muitas reclamações de municípios pequenos contra os percentuais fixados pelo Senado", argumentou ele. Jefferson reconheceu ser muito elevado o patamar de 5% para os gastos dos legislativos de municípios com mais de 500 mil habitantes, mas entende que seguramente eles não gastarão tanto.



Para Jefferson, projeto vai melhorar nível de relacionamento entre os prefeitos e as câmaras de vereadores

Na análise do parlamentar, municípios com meio milhão de habitantes geralmente têm imprensa e opinião pública atuantes, as quais certamente não permitirão que elevem seus gastos até 5% da receita municipal. Ao registrar que a Câmara estabeleceu subtotos para os subsídios dos vereadores, que vão de 20%

a 75% dos subsídios dos deputados estaduais, o senador disse que isso conterà as despesas dos legislativos municipais com pessoal, o que não fora contemplado na proposta do Senado.

Jefferson Péres considerou também significativo que a Câmara tenha definido como crime de responsabilidade o repasse, pelo prefeito, de recursos superiores ao teto fixado ou inferiores ao estabelecido na proposta orçamentária.

Na sua opinião, isso vai servir para minimizar o relacionamento espúrio que hoje existe em muitos municípios entre a Câmara de Vereadores e o prefeito. "Isso vai acabar com a troca de favores e com a prática de o prefeito chantagear os vereadores não repassando recursos", anunciou ele.

Proposta foi debatida em plenário por 15 parlamentares

Antes do relator, 15 senadores falaram sobre a proposta de emenda constitucional que limita os gastos das câmaras de vereadores. Vários deles argumentaram que era preciso aprovar a matéria para evitar que o texto retornasse à Câmara dos Deputados e a decisão fosse procrastinada.



Roberto Requião

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) foi um dos que discordaram da fixação de 8% do orçamento municipal para a manutenção das câmaras das cidades com até 100 mil habitantes. Para ele, uma câmara que consumir 8% do seu orçamento para pagar os salários de sete vereadores não justificaria a existência do município.



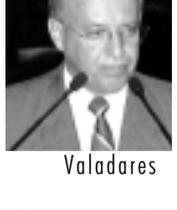
Eduardo Dutra

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que votava a favor por pragmatismo. "Acho que o substitutivo da Câmara ampliou demais as faixas de despesas dos legislativos municipais, com um perigo real para os municípios com população acima de 500 mil habitantes."



Roberto Freire

O mesmo argumento foi usado pelo senador pernambucano Roberto Freire (PPS). Alertando para o fato de que nenhum senador concordou inteiramente com a PEC, Ademir Andrade (PSB-PA) sustentou que o texto votado anteriormente no Senado Federal era mais eficaz no combate aos gastos das câmaras de vereadores.



Valadares

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que a proposta devia ser debatida com mais profundidade. E argu-



Paulo Hartung

mentou que há municípios com população pequena e receita alta, em razão dos ganhos oriundos, por exemplo, de royalties sobre a extração de petróleo.

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) disse que, como democrata comprometido com a descentralização administrativa, sentia-se desconfortável discutindo essa PEC. "Meu sonho era ver as próprias câmaras responsabilmente fixando seus gastos", afirmou ele.



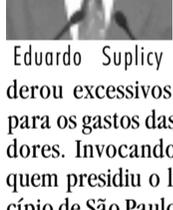
Álvaro Dias

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) considerou a PEC necessária, afirmando que ela servirá para coibir abusos inadmissíveis. Mas alertou que mais importante será iniciar este ano um debate em favor de mudanças profundas no sistema de representação política.

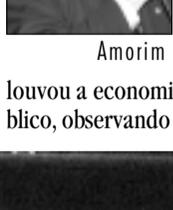


Marina Silva

Definindo a PEC como um instrumento valioso para colocar um freio nos abusos praticados pelos legislativos municipais, Marina Silva (PT-AC) pediu que essa decisão não seja entendida como uma afronta à autonomia municipal.



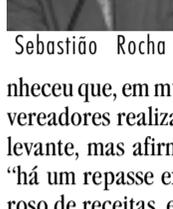
Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou excessivos os limites fixados para os gastos das câmaras de vereadores. Invocando a experiência de quem presidiu o legislativo do município de São Paulo, ele disse que, com 53 vereadores, a Casa funcionava perfeitamente, gastando apenas 1% do orçamento municipal.



Amorim

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) louvou a economia com dinheiro público, observando que, se for feito um

levantamento dos gastos do Senado nos últimos cinco anos, vai-se verificar que a Casa gasta hoje 60% daquilo que gastava oito anos atrás.



Sebastião Rocha

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) reconheceu que, em muitos municípios, os vereadores realizam um trabalho relevante, mas afirmou que em outros "há um repasse extremamente generoso de receitas, em prejuízo de programas de interesse da população".



Francelino

Em defesa da recuperação do prestígio das câmaras municipais, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) disse que o propósito dessa PEC é fortalecer o município e não castigar os legislativos. "As câmaras estão se desfigurando com a ação das associações de bairro".



Juvêncio

Sustentando que o vereador é, antes de tudo, um agente entre a população e o Executivo, o senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) disse que talvez seja esse o político que mais recebe pressão do povo.



Arlindo Porto

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) anunciou seu voto contrário, afirmando que preferia esperar a votação da lei de responsabilidade fiscal.



José Alencar

José Alencar (PMDB-MG) também manifestou sua intenção de aguardar a votação do projeto de lei de responsabilidade fiscal, certo de que ela proporcionará mais condições de votar-se com

acerto esse assunto, visto que a matéria contempla também os gastos do Senado.

Calheiros lança livro sobre sua atuação no Ministério da Justiça

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) lançou ontem, em noite de autógrafos realizada no restaurante *Carpe Diem*, em Brasília, o livro *Sem Justiça não há cidadania*. Trata-se de uma compilação dos discursos, artigos publicados na imprensa e decisões tomadas durante sua permanência de 465 dias à frente do Ministério da Justiça.

Em virtude da convocação extraordinária do Congresso, o senador irá lançar o livro em Alagoas na primeira quinzena de fevereiro.

A publicação, de 400 páginas, tem prefácio dos presidentes da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), e do Conselho Federal da OAB, Reginaldo Oscar de Castro, e traz o relato de todos os problemas enfrentados na sua gestão como ministro de Estado.

Segundo o senador por Alagoas, o livro é, na verdade, "um registro sa-

dável e obrigatório de uma prestação de contas à sociedade".

— Nós prestamos conta à sociedade no dia-a-dia, mas é importante registrar fatos tão importantes como os ocorridos àquela época. Houve, sem dúvida, uma evolução nos conceitos mais elementares de cidadania. Não poderia deixar de registrar esses episódios em um livro e, desta forma, ainda que modestamente, contribuir para que essas sementes prosperem — comentou Renan Calheiros.

No período em que esteve à frente do Ministério da Justiça, o parlamentar alagoano proibiu o envio de cartões de crédito sem solicitação do cliente, empenhou-se pela obrigatoriedade de colocação de preços nos produtos pelos supermercados, declarou guerra à agiotagem, combateu a falsificação de remédios e puniu empresas telefônicas.



O senador Renan Calheiros disse que o livro é uma "prestação de contas à sociedade"

Senado editou mais de 100 publicações no ano passado

Cerca de 3 milhões de pessoas que visitaram quatro grandes feiras do livro no ano passado puderam conhecer mais de 100 publicações editadas pelo Senado e assistir a transmissões da TV Senado, conforme relatório apresentado pela coordenadora da Comissão Especial de Feiras de Livros, Simone Bastos Vieira.

O Senado participou das feiras do Rio, de Porto Alegre, do Recife e de Salvador, quando também promoveu noites de autógrafos, colheu novas assinaturas para o *Jornal do Senado* e divulgou publicações do Senado. Uma das mais procuradas foi a coleção *CDs - Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro*.

Na II Feira Internacional do Livro da Bahia, em setembro passado, o

presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, lançou o segundo volume da coleção *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro*, um CD-ROM com o *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros* e a *Bibliografia Básica do Legislador*, além da Constituição baiana em braille.

Durante as feiras, os senadores dos quatro estados puderam autografar seus livros e relatórios de comissões, subcomissões e CPIs, com boa repercussão na imprensa local. Ao participar de feiras, o Senado procura mostrar não apenas o dia-a-dia da Casa, mas apresentar todos os serviços que os cidadãos já dispõem para acompanhar as atividades do Parlamento, seja pela Internet, pela TV Senado, pelo *Jornal do Senado* e pela Rádio Senado.

Hora	REGISTRO DE COMPARECIMENTO - SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA													
17:32	AC	ES	MA	MS	PI	RR	TO	AC	ES	MA	MS	PI	RR	TO
	MARINA SILVA	S. GAMA	WELLY PARRA	LÓDIO DOELHO	FREITAS NETO	GERALDO MELO	O. PATROCÍNIO	MARCO AURÉLIO	LUIZA TOLEDO	EDSON LOBÃO	RAHEZ TEBET	HUGO NAPOLÉÃO	JOSÉ ADEMAR	L. GUNTANHA
	TRISTÃO VIANA	PAULO HARTUNG	JOSÉ A. SOUZA	L. FONSECA	ALBERTO SILVA	AGNELDO ALVES	E. S. SANTOS	AL	GO	MT	PE	RJ	RS	
	A. CALZADINI	W. REZENDE	C. BEZERRA	J. FREIRE	A. BATAYOLA	E. FERNANDES		T. VILELA	M. MIRANDA	JONAS PINHEIRO	J. FREIRE	IL. GÂNDIO	JOSÉ FOGADA	
	M. OLIVEIRA	M. VILELA	A. S. SANTOS	JOSÉ JORGE	A. BATAYOLA	P. SATURNINO		M. OLIVEIRA	M. VILELA	A. S. SANTOS	JOSÉ JORGE	A. BATAYOLA	P. SATURNINO	

A sessão realizada ontem pelo Senado Federal levou ao plenário 80 dos 81 senadores



Antero de Barros: dispositivo da Constituição não está sendo cumprido

Antero cobra recursos para irrigação no Centro-Oeste

Pela décima segunda vez, a União e o Congresso não cumprirão dispositivo constitucional que estabelece a obrigatoriedade de aplicação anual de 20% do total de recursos destinados a programas federais de irrigação no Centro-Oeste, registrou ontem o senador Antero de Barros (PSDB-MT). A determinação contida no artigo 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) obriga ainda a União a aplicar 50% do mesmo total no Nordeste.

De 1989, quando o Congresso retomou suas prerrogativas na elaboração da lei orçamentária, até 1996, a União não aplicou recurso algum em programas de irrigação no Centro-Oeste, conforme o senador. Em 1997, foram aplicados R\$ 25,9 milhões, equivalentes a 6,10% do total; em 1998, R\$ 10,7 milhões (1,99%); e, em 1999, R\$ 11,8 milhões (5,19%).

Antero de Barros relatou ter procurado o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2000, senador Luiz Estevão (PMDB-DF), para que o dispositivo do ADCT constasse explicitamente da LDO e, portanto, do Orçamento da União.

— A Constituição continua sendo descumprida, pois o relatório setorial que abrange as despesas da União com programas de irrigação alocou 16,8% do total de recursos com esse fim para o Centro-Oeste — criticou.

O senador também alertou o governo para a necessidade de disponibilizar aos agricultores dos assentamentos de reforma agrária de Mato Grosso os recursos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf).

Em aparte, Tião Viana (PT-AC) afirmou que a maior parte das verbas federais para irrigação têm sido destinadas ao Nordeste. Ramez Tebet (PMDB-MS), que foi relator-geral do Orçamento para 1999, confirmou que também teve dificuldades para assegurar os recursos constitucionalmente devidos a Mato Grosso. Carlos Bezerra (PMDB-MT) disse que, como o governo federal fixou cotas de recursos do Pronaf para os estados, o problema ocorrido em Mato Grosso decorreu de divulgação de que haveria recursos do programa à vontade.

Comissão vota hoje orçamento para ministérios da Justiça e da Defesa

Relatório setorial prioriza combate ao narcotráfico, reestruturação da Polícia Federal, melhoria do sistema penitenciário e ações em defesa da Amazônia, diz Romero Jucá

Combate ao narcotráfico, reestruturação da Polícia Federal, alocação de recursos para melhorar o sistema penitenciário e ações em defesa da Amazônia são, na opinião do senador Romero Jucá (PSDB-RR), as prioridades do relatório setorial relativo à área temática II — que envolve os ministérios da Justiça e da Defesa —, da qual é relator, a ser votado hoje, a partir das 10 horas, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

A reunião de ontem da comissão foi reservada para a discussão da matéria. Por mais de três horas, deputados e senadores queixaram-se dos poucos recursos disponíveis no Orçamento de 2000 para setores considerados prioritários na área social, principalmente programas destinados a atender crianças, adolescentes, fundo penitenciário, segurança e educação no trânsito, dentro da área abrangida pelo Ministério da Justiça.



A reunião da Comissão de Orçamento durou três horas

Romero Jucá reconheceu que os ministérios da Justiça e da Defesa foram contemplados com valores “singulares” (R\$ 22 bilhões), mas disse que, como relator, fará tudo para conseguir mais recursos quando da votação dos destaques, que também ocorrerá hoje. Ele admitiu, no entanto, que grande parte dos recursos já se encontram comprometidos, estando de certa forma bloqueados para qualquer tipo de intervenção do relator. Dentre

eles se encontram recursos vinculados, pagamento de pessoal e empréstimos.

Romero Jucá informou que o total de emendas apresentadas englobava R\$ 1,39 bilhão, tendo sido acolhidas apenas emendas no montante de R\$ 110 milhões, o que gerou protesto por parte de alguns parlamentares. “Mas mesmo assim tivemos condições de priorizar certas linhas e atender as solicitações mais importantes”, disse o relator, ao se mostrar convicto de

Alencar: emenda de parlamentar deve ter execução obrigatória

O senador José Alencar (PMDB-MG) apresentou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC) que torna obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente das emendas parlamentares. Ele disse que sentiu necessidade de fazer a proposta ao constatar, como responsável pela relatoria adjunta do Plano Plurianual (PPA) na área de Previdência e Assistência Social e Trabalho, o desconforto provocado pela não execução da parcela referente às emendas dos deputados e senadores ao Orçamento Geral da União.

A PEC de José Alencar cria instrumentos para explicitar a obrigatoriedade de execução da programação constante da lei orçamentária anual, resultante de emendas de parlamentares. Fica vedado o cancelamento ou o

contingenciamento, total ou parcial, por parte do Poder Executivo, de dotação constante no Orçamento oriunda dessas emendas. A proposta estabelece que o descumprimento da determinação implica crime de responsabilidade.

Na opinião do senador, a programação orçamentária tem se prestado

mais como instrumento de barganha política do que como instrumento de solução dos problemas que afligem a população brasileira. Ele acrescentou que, quando o Poder Executivo tem interesse em aprovar no Congresso projetos polêmicos do seu interesse, sinaliza com a liberação de recursos para a execução de uma ou outra obra proposta por emenda parlamentar.

— Esse procedimento tem resultado

em, pelo menos, duas graves distorções: de um lado, faz letra morta a vontade dos congressistas, expressa nas emendas individuais; de outro, torna inócua a participação do Congresso no processo de apreciação e de execução orçamentária, violando a harmonia que deve haver entre os Poderes, na medida em que a prerrogativa parla-

mentar, embora exercitada, não tem sido efetivamente respeitada — explicou José Alencar.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) ressaltou que as emendas individuais têm o objetivo de corrigir as distorções da lei orçamentária, que é elaborada por técnicos que, na sua opinião, não conhecem os

anseios de cada município ou estado. Ele acrescentou que a proposta acaba com a visão distorcida de que a luta dos parlamentares pela liberação de recursos para a sua comunidade é um ato errado ou vergonhoso.

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) disse que não só as emendas parlamentares, mas todo o Orçamento, deveria deixar de ser considerado uma lei autorizativa. Ele acrescentou que a proposta de José Alencar seria um primeiro passo na reforma do Estado. “Não pode haver a reforma enquanto ainda se permite essa postura falaciosa de considerar que o Orçamento é uma lei autorizativa”, afirmou.

Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), o Orçamento, no Brasil, “é um palpite, é opinativo, enquanto em outros países é definitivo”. Ele acrescentou que a situação piora com relação às emendas dos parlamentares, porque o governo usa a sua liberação como uma “espécie de chantagem na hora de votar determinado projeto”. Simon defendeu a democratização do debate do Orçamento, no Executivo, com a participação da sociedade.

Último a apartear, o senador Agnelo Alves (PMDB-RN) louvou a iniciativa de José Alencar e observou que, como o parlamentar não tem o direito de criar despesas para a União, deveria ter respeitada a sua prerrogativa de propor emendas ao Orçamento e vê-las executadas.



Jader: presidente disse que há apenas programa de modernização para bancos

Jader ouve de FHC que Basa não será extinto

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) disse ontem que, durante jantar na terça-feira no Palácio da Alvorada, consultou o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o próprio presidente da República sobre a veracidade das notícias da possível extinção ou fusão do Banco da Amazônia (Basa) com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que haviam provocado grande debate no plenário do Senado.

Segundo Jader, o ministro da Fazenda, a exemplo do que afirmara o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, declarou não haver qualquer estudo no âmbito do Ministério da Fazenda neste sentido, e o presidente Fernando Henrique garantiu-lhe que existe apenas um programa de modernização para o Basa e para o Banco do Nordeste (BNB). O senador disse ainda que Malan explicou que qualquer medida como essa teria de passar obrigatoriamente por uma ampla discussão no Congresso Nacional. Jader considerou o episódio encerrado.

José Sarney apóia a criação de um fórum dos parlamentos americanos

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional manifesta esta opinião ao receber comitiva integrada por congressistas dos Estados Unidos e do Canadá



Bisol, Mariano e Bicudo disseram ao presidente do Senado (C) que o atual sistema policial brasileiro "está ultrapassado" e precisa mudar

ACM recebe proposta de fusão das polícias civil e militar

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem sugestão de emenda constitucional para fundir as polícias civil e militar, trocando-as por uma nova estrutura policial de investigação e patrulhamento, essencialmente civil.

A proposta foi apresentada por comissão integrada pelo advogado e ex-deputado Hélio Bicudo, pelo ex-senador José Paulo Bisol, atual secretário de Segurança do Rio Grande do Sul, e pelo coordenador-executivo do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia, Benedito Domingos Mariano.

De acordo com Bicudo, o atual sis-

tema policial brasileiro "está ultrapassado, existe em apenas três países do mundo e é responsável por parte da violência verificada na sociedade brasileira".

Além de unificar as polícias, a sugestão apresentada a Antonio Carlos propõe abolir o atual inquérito policial, que passaria a ser conduzido pelo Ministério Público. Essa mudança, de acordo com Hélio Bicudo, dará agilidade ao processo e garantirá direitos fundamentais. Segundo o advogado, o presidente do Senado ficou interessado no assunto e prometeu examinar a proposta.

Ao receber ontem a visita de uma comitiva de parlamentares dos Estados Unidos e do Canadá, o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senador José Sarney (PMDB-AP), manifestou seu total apoio à idéia de criação de um fórum dos parlamentos das Américas, mas observou a necessidade de que o organismo receba o suporte de uma organização oficial.

— Uma assembléia dessa natureza precisa ter um apoio importante para poder se sustentar. As idéias em torno do que fazer nesse sentido estão bem claras, mas sobre como fazer, não há definições — afirmou Sarney ao presidente do Comitê de Relações Exteriores do Parlamento canadense, Bill Graham, e ao senador pelo estado da Flórida (EUA), Bob Graham.

José Sarney disse também que esse fórum, além de permitir a troca de experiências entre os parlamentares de todos os países americanos, iria fortalecer os congressos e o próprio sistema democrático. Nesse sentido, ele sugeriu que a instituição do fórum seja precedida da modernização e organização dos parlamentos com vistas ao intercâmbio com outros congressos.

Ele acrescentou que, em sua opinião, o fórum teria que enfrentar futuramente um dos maiores desafios das instituições parlamentares de todo

o mundo, que é a cobrança de eficiência por parte da população. "Os congressos terão que repensar seus procedimentos para que não se estabeleça um fosso entre os legisladores e a opinião pública", avaliou Sarney.

O canadense Bill Graham comunicou ao senador brasileiro que o presidente da Organização dos Estados Americanos (OEA) já está providenciando um convite a todos os presiden-



Bob Graham e Sarney conversaram sobre o papel que o fórum poderá desempenhar

tes de comissões para assuntos exteriores dos países das três Américas para uma reunião em Washington (EUA) com o propósito de discutir o assunto.

O diretor do Diálogo Interamericano, Peter Hakim, também presente ao encontro, e o senador norte-americano Bob Graham concordaram com a idéia de que o fórum precisa ter um arcabouço institucional para não cair no vazio.

TV Senado promove debate sobre a nova Lei de Imprensa

O programa *Debate* que vai ao ar na TV Senado hoje, às 13h30 e às 19h30, terá como tema o projeto da nova Lei de Imprensa, que já passou pelo Senado e agora está sendo examinado pela Câmara dos Deputados. O projeto altera a atual Lei de Imprensa, editada há mais de 30 anos, na época do regime militar. A nova lei pretende aperfeiçoar as relações entre empresas jornalísticas, jornalistas e sociedade.

Os convidados do programa são o deputado Vilmar Rocha, relator da matéria na Câmara, e o senador Artur da Távola (sem partido-RJ).

O senador Artur da Távola destaca o papel fundamental da imprensa como um vigilante da sociedade. Ele considera positiva no projeto atual a tipificação dos crimes de imprensa e ressalta a garantia do sigilo da fonte e "a plena liberdade de procurar a informação onde quer que ela esteja".

O deputado ressalta que a existên-



Távola defende liberdade para a imprensa "procurar a informação onde quer que ela esteja"

cia de uma lei de imprensa não atenta contra a liberdade. Ele diz que vários países de tradição democrática, como a França e a Espanha, têm uma lei de imprensa, e mesmo países sem uma lei específica normatizam o funcionamento da imprensa por meio do código penal e outras leis.



Mozarildo diz que governo federal deveria repassar mais verbas a quem mais precisa

Mozarildo prega a redução das desigualdades regionais

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) protestou ontem contra a má distribuição de verbas federais entre as regiões do país. "A geração de riqueza tem revelado uma melhoria global, mas não produziu qualquer avanço na diminuição das desigualdades regionais", lamentou.

Para Mozarildo, as regiões menos ricas — Norte, Nordeste e Centro-Oeste — recebem verbas para seus projetos em valor proporcional à distribuição populacional nacional. Ele propõe a mudança desse modelo de planejamento e quantificação no orçamento, na sua opinião, impotente para reverter as desigualdades. "Deve-se considerar como premissa fundamental de alocação dos investimentos públicos o fato simples e objetivo: quem tem menos precisa mais", afirmou.

Mozarildo disse que a alocação de verbas proporcionais à população, em especial na infra-estrutura — habitação, saneamento básico, urbanização e transportes —, significa sepultar as possibilidades de crescimento das regiões menos favorecidas até o mesmo patamar das desenvolvidas. "Reverter esse cenário é um desafio que pode ser enfrentado pelos governantes se houver vontade política", garantiu.

O primeiro passo para modificar o quadro atual, na avaliação do senador, deve ser a conscientização de que o modelo atual não beneficia qualquer das regiões. "São as desigualdades e a ausência de oportunidades regionais as responsáveis pelas migrações internas, cujo impacto negativo na qualidade de vida do Sudeste, especialmente nas grandes cidades, tem sido notada há bastante tempo."

As migrações não ocorreriam, avaliou, se houvesse oportunidade de trabalho e de vida nas regiões mais pobres. "Isso só será possível quando destinarmos mais recursos para essas regiões. Vamos descentralizar o desenvolvimento, levando-o para o interior e rumo à região Norte. Vamos provar que não estamos sujeitos aos limites do meridiano de Tordesilhas", disse ele.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Debate* — O senador Artur da Távola e o deputado Vilmar Rocha falam sobre a Lei de Imprensa
7h30 — *Entrevista* — O senador Leomar Quintanilha fala sobre alimentos manipulados geneticamente (transgênicos)
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — 4º episódio: *Terra Cheia de Graça*
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Cores do Brasil* — Pernambuco
9h30 — *Entrevista* — A senadora Heloisa Helena fala sobre a transposição das águas do São Francisco
9h55 — *Senado em Pauta*
10h — Sessão Plenária do Senado Federal (ao vivo)
Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (ao vivo)
14h30 — Sessão Plenária do Senado Federal (reapresentação)
18h30 — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (reapresentação)
20h30 — *Entrevista* — O senador Leomar Quintanilha fala sobre alimentos manipulados geneticamente

(transgênicos)

21h — *Jornal do Senado*

21h30 — Sessão Plenária do Senado Federal (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

Comissão discute hoje MP que institui taxa de bingos

Mesma medida provisória, reeditada pela segunda vez, também altera dispositivo sobre contrato de trabalho de atletas profissionais

A comissão mista formada para examinar a medida provisória que cria uma taxa de autorização para o funcionamento dos bingos reúne-se hoje, às 10h, para elaborar um plano de trabalho. A MP, que será relatada pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO), institui uma taxa de R\$ 6 mil para bingos permanentes e de R\$ 4 mil para os eventuais, incidente sobre certificado de autorização para exploração do jogo.

Reeditada pela segunda vez, a medida também altera o dispositivo que prevê apenas um limite mínimo para o contrato de traba-

lho por prazo determinado para atletas profissionais. Por conta disso, os integrantes da comissão pretendem agendar uma série de audiências públicas para discutir os efeitos da MP sobre as entidades esportivas no país.

Segundo a exposição de motivos dos ministros Francisco Dornelles (Trabalho e Emprego) e Rafael Greca (Esporte e Turismo), é urgente a alteração desse prazo, que impede que os atletas contratados dessa forma permaneçam no mesmo clube por mais de dois anos. Por esse motivo, a MP prevê um prazo máximo de seis



Senador Maguito Vilela foi escolhido relator da medida provisória

anos para os contratos com prazo determinado.

Estevão quer regulamentar o reajuste anual dos servidores

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) apresentou projeto regulamentando o dispositivo constitucional que dispõe sobre a revisão anual da remuneração dos servidores. Pela proposta, os salários dos funcionários públicos serão atualizados anualmente no dia 20 de janeiro, com base no índice de inflação do ano anterior, cal-



Luiz Estevão: STF vem cobrando do Congresso saída para casos pendentes

culado pela Fundação Getúlio Vargas.

Ao justificar a apresentação da proposta, Luiz Estevão argumenta que o governo não vem cumprindo a determinação constitucional relativa à revisão dos salários dos servidores, há seis anos sem receber qualquer reajuste salarial, o que resulta numa grande defasa-

gem dos vencimentos em relação ao custo de vida.

Luiz Estevão lembrou também que o Supremo Tribunal Federal vem, sistematicamente, cobrando do Poder Legislativo a edição de normas para solucionar os casos pendentes de não cumprimento de comando constitucional:

– Não se tenciona aumentar ou pressionar possível inflação, mas apenas preservar o poder aquisitivo da classe laboral tão importante para o país – conclui Luiz Estevão.

Mozarildo aplaude Código de Defesa do Contribuinte

A possibilidade de o “Estado fiscalista” se sobrepor ao “Estado legalista” levou o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) a defender a criação do Código de Defesa do Contribuinte, proposto pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), como instrumento de defesa do cidadão “frente ao arbítrio e ao excesso cometidos pelo fisco” em todas as esferas de governo. Para ele, “é chegada a hora de o contribuinte ter uma relação de igualdade com o fisco”.

O projeto de Bornhausen, lem-

brou o senador, explicita os direitos e garantias do contribuinte e propõe a extinção do Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos do Setor Público Federal (Cadin); cria a figura do advogado-geral do contribuinte; proíbe que o fisco interrompa o funcionamento de estabelecimentos em débito com as obrigações tributárias, mas que estejam cumprindo acordo de parcelamento de débito, e determina o limite máximo de 90 dias para a realização de diligências, que deverão dispensar,

obrigatoriamente, o acompanhamento de força policial:

– Obedecendo, com o devido rigor, aos dispositivos constitucionais, a proposição busca dirimir questões controversas, utilizando, para tanto, o acervo de decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

Pela proposta, os órgãos públicos não poderão divulgar os nomes dos contribuintes inadimplentes e o Cadin seria substituído por uma central de informações, “para o registro de cheques sem a devida provisão de fundos, porquanto se todo cidadão tem a seu favor a presunção de inocência, não será ele punido antes de decisão judicial”, disse Mozarildo.

Jucá elogia renegociação de devedores dos fundos

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou a iniciativa do governo de editar medida provisória permitindo a renegociação das dívidas de agricultores e empresários com os fundos constitucionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste:

– São milhares de devedores, a maior parte inadimplentes, que terão uma oportunidade de repactuar suas dívidas, desde que procurem suas agências de financiamento até o dia 20 de abril próximo – afirmou.

Segundo Jucá, a MP diminuiu juros dos financiamentos e estabeleceu novos mecanismos de cálculos que irão beneficiar os devedores. “Além de ficarem devendo menos, poderão se habilitar a pe-



Jucá: milhares terão a chance de renegociar as suas dívidas até 20 de abril

dir novos financiamentos para seus negócios. A MP favorece ainda mais os mutuários que estiverem mantendo suas prestações em dia, que terão seus débitos recalculados”, destacou o senador.

Alcântara apresenta saídas para recuperar a cajucultura

Ao participar do Seminário sobre Cajucultura realizado ontem, na Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou uma série de sugestões para que o setor saia da atual crise. Algumas delas foram a injeção de recursos subsidiados, mudança do perfil gerencial dos produtores, forte campanha de marketing no exterior, renovação total dos plantios com material genético de boa qualidade e estabelecer o setor como prioridade nacional para a sua recuperação.

Na opinião de Alcântara, se as medidas forem implantadas poderão significar a inversão do processo de decréscimo da produção e até incremento da posição brasileira no ranking mundial. Ele acrescentou que, para que o produto se mantenha no mesmo patamar atual, em termos de comércio exterior, é preciso que se concretize o que prevêem os protocolos firmados entre governos estaduais, sindicatos de produtores e de industriais, bancos financiadores e empresas de pesquisa, para modernização da cajucultura.

Por outro lado, o senador alertou que se nenhuma ação for desenvolvida e a tendência natural da atividade não for alterada, a cajucultura regional irá se contrair fortemente, tendo como resultado a perda da participação do país no mercado mundial e a destruição de postos de trabalho nas atividades rurais e urbanas:

– Acreditamos que a aliança dos produtores de caju com órgãos de governo evolua para a criação de uma Companhia de Comercialização e Marketing, sustentada em parte por um percentual que as empresas industriais aportariam das receitas oriundas das exportações dos produtos do caju.

O senador pelo Ceará lembrou que a extinção dos subsídios

que eram liberados para o setor, a escassez de crédito, a elevação dos encargos financeiros, os juros altos, a queda de produtividade e a concorrência internacional foram decisivos para a crise no agronegócio. Lúcio Alcântara também frisou a importância da cajucultura para a economia do país, sobretudo a do Ceará, na geração de divisas, arrecadação tributária e geração de empregos.



Alcântara: importante geração de divisas, impostos e empregos